



Boletim Semanal

Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Terça-feira • 23 de agosto • Ano V

Assembléia de mobilização pelo PCS no dia 30

O anteprojeto que trata do PCS foi entregue aos tribunais superiores e ao TJDF em junho e estes, por sua vez, encaminharam suas sugestões ao STF. O ministro Edson Vidigal, além de já ter encaminhado as sugestões do STJ, informou ao Sindjus em audiência realizada no último dia, 2, que está se empenhando para que o PCS seja enviado rapidamente ao Congresso Nacional.

Os dados solicitados aos Tribunais para a análise do impacto orçamentário também já foram enviados ao STF. A avaliação feita pelos dirigentes do Sindjus é de que o STF tem todas as condições de encaminhar a



Jobim promete enviar o PCS até o dia 30

proposta na próxima semana, cumprindo assim o prazo de até o dia 30 solicitado pelo presidente do STF, ministro Nelson Jobim, para encaminhar o PCS ao Congresso Nacio-

nal. De acordo com o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, o sindicato está acompanhando todos os passos do processo. O acompanhamento terá continuidade com a tramitação da matéria no Legislativo, quando será imprescindível a participação dos filiados, tanto na discussão do tema na Câmara e no Senado, como nas assembléias.

No dia 30, será realizada assembléia em todos os estados, para análise dos rumos que deverá tomar o movimento.

Em Brasília, a assembléia será na praça do tribunais, a partir das 17h. Faça sua parte: mobilize-se!

Avança a discussão sobre PCS no Ministério Público da União



Foto: Luiz Antonio Silva

Antonio Fernando Barros e Silva de Souza
Procurador-geral da República

Os servidores do MPU avançam na discussão do seu PCS. A administração do MPU ficou de apresentar a posição oficial sobre a proposta na próxima quinta-feira (25/08). Na sexta-feira (26/08), a categoria realiza assembléia para avaliar o posicionamento do Ministério Público, às 13h30, em local a ser confirmado.

A participação de todos os servidores certamente acelerará o processo, até porque, na segunda-feira (29/08), os dirigentes sindicais participam de nova reunião

com representantes da procuradoria-geral da República, para dar prosseguimento às negociações.

A posição a ser apresentada pelo MPU é resultado de reunião realizada no último dia 17 com o procurador-geral da União, Antonio Fernandes de Souza e considerada um avanço para a categoria. Desde a posse do procurador, em junho passado, os representantes dos servidores ainda não tinham se reunido com ele para conversar sobre o PCS.

Servidor do TRT ganha o Pálio



Rodrigo Ramalho Coutinho, 32, técnico do judiciário, lotado no TRT, é ganhador do Fiat Pálio zerinho, sorteado pelo Sindjus, na noite de sábado, dia 20 de agosto, após o show da banda Blitz.

Ele recebeu o carro ontem, por volta das 16h, na Bali Fiat Automóveis, no SIA. O veículo foi entregue pelos diretores do Sindjus Cledo de Oliveira e Sheila Tinoco. Muito emocionado, Rodrigo contou que não pôde ir à festa por ser o aniversário da mulher, "Meu telefone tocou com insistência. Olhei e vi que era da minha colega de gabinete, a Rosa Maria", disse.

Na manhã de domingo, Rodrigo ligou o

celular e a colega Rosa Maria foi a primeira a lhe dar a notícia. Ela falou que ficou feliz e que o pessoal que estava na mesa com ela na festa comemorou muito.

O sorteio do carro marcou o encerramento da campanha de filiação ao sindicato, iniciada em 21 de março deste ano. Rodrigo Ramalho é filiado há mais de dois anos e meio, desde que entrou no tribunal. Na opinião dele, ser filiado ao Sindjus é muito importante para que "se possa ter vitórias coletivas e não somente individuais", como a que ele teve na madrugada de sábado. "Acho que a categoria unida tem mais força para brigar pelas nossas causas", concluiu.

Plebiscito no TRT Opine sobre as mudanças que devem ser feitas

O Tribunal Pleno do TRT decidiu, no último dia 28 de junho, pela mudança da sede do TRT, na 513 Norte, para o setor de autarquias sul, onde funciona hoje o TST. As Varas Trabalhistas com sede atual localizada na 516 Norte serão transferidas para a 513 Norte.

A mudança tem gerado insatisfações, por isso o sindicato realizará nos dias 23 e 24, quarta e quinta-feira, no horário de funcionamento do tribunal, um plebiscito sobre as mudanças no TRT. Durante os dois dias haverá uma urna em cada prédio, para que todos possam manifestar-se. Haverá, também, uma terceira urna à disposição dos usuários no prédio da 516 Norte. Interessa ao sindicato conhecer a opinião dos servidores e também a dos usuários da justiça trabalhista.

O resultado será divulgado no boletim do Sindjus e será encaminhado ao presidente do tribunal.

Como participar do Prêmio Novas Idéias para a Justiça

INSCRIÇÕES:

Até 30 de setembro, via internet (premiosnovasideias@sindjusdf.org.br) ou na sede do Sindjus

Premiação: seis melhores trabalhos, sendo três de cada categoria

Categoria servidor: é destinada aos servidores do Judiciário e do MPU

Categoria livre: pode participar a população de modo geral

Modalidades dos trabalhos: monografia, projeto e proposta

Valor total do prêmio: R\$ 95 mil

Comissão julgadora: Hugo Filho (Anamatra), Nilton Correia (OAB Federal), Carlos Ferreira (Fenajufe), Bistra Apostolova (UnB), Roberto Policarpo (Sindjus), Daniel Seidel (CNBB) e o juiz Flávio Dinno (Conselho Nacional de Justiça).

Edital completo: www.sindjusdf.org.br

Pagamento de insalubridade para o pessoal da gráfica do TJ

O coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, entregou ontem, dia 22 de agosto, memorial ao desembargador Mário Machado, em que presta esclarecimentos acerca do mandado de segurança que tem por objetivo exigir o pagamento de adicional de insalubridade para os servidores da gráfica do Tribunal de Justiça, entre abril e novembro de 2004.

O pagamento do adicional foi suspenso em abril com a alegação de que faltava a renovação do laudo pericial.

O direito só voltou a ser pago depois que o sindicato entrou com processo administrativo requerendo o pagamento. Mesmo assim, o tribunal não pagou o retroativo.

Para Roberto Policarpo, a dívida existe porque as reais condições de trabalho nunca foram alteradas. Ele espera que esta seja também a compreensão do Conselho Especial do Tribunal de Justiça. E mais: "Espera que a decisão seja ágil e que o pagamento saia logo".